

A Região Nordeste e a utopia do desenvolvimento econômico

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima¹
Ricardo Candéa Sá Barreto²

Recebido em 16 agosto de 2016. Aceito em 07 novembro de 2016.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o comportamento econômico e social da região Nordeste de meados do século XX e século XXI. A metodologia adotada procurou atender à análise das variáveis centrais – e seus respectivos cruzamentos – adotadas por Furtado sobre o enfoque teórico do subdesenvolvimento, através de sua apresentação na forma de tabelas e gráficos. Utilizou-se também como metodologia o Vw de Williamson e os intervalos quartílicos de renda para os municípios do Nordeste. A sua evolução histórica é marcada pelo atraso econômico e social e pelas disparidades econômicas regionais que repercutiram em desigualdades sociais regionais profundas. É inegável que nos últimos 50 anos esta região teve crescimento significativo, embora a questão das desigualdades intra e interregionais permanecessem. A possibilidade de correção das desigualdades foi pensada em meados de 1950, colocando-se em prática a partir da industrialização do Nordeste. Dos dados apresentados observou-se que apesar da industrialização, a mesma mantém-se em atraso relativo em relação ao Sul do país, pelo alto nível de pobreza e de desigualdade que ainda perdura quando comparado aos estados da região Sul e Sudeste, apesar dos avanços. A industrialização foi mais um processo de abertura à valorização do capital, aumento da concentração da renda em nível intra-regional (classes e estados) e inter-regional. A concentração fundiária é um elemento que ainda perdura e que, de certa forma, foi reforçado com a modernização de alguns setores da agropecuária. Desta forma, o desenvolvimento ainda é uma utopia.

Palavras-chave: Nordeste; desigualdade; crescimento; desenvolvimento; modernização.

Classificação J.E.L: P1; P16

The Northeast Region and the utopia of economic development

Abstract: The objective of this paper is to analyze the economic and social behavior in the Northeast region of the mid-twentieth and twenty-first century. The adopted methodology sought to analyze the central variables - and their respective crosses - adopted by Furtado on the theoretical approach of underdevelopment, through their presentation in the form of tables and graphs. Also used as methodology was the Williamson Vw and the quartilic income intervals for the municipalities of the Northeast. Its historical evolution is marked by economic backwardness and the regional economic disparities that had repercussions on deep regional inequalities. Undoubtedly in the last 50 years this region has significant growth, although the question of intra- and interregional inequalities remain. The possible correction of inequalities was thought in the mid 1950s, putting into practice from the industrialization of the Northeast. From the data presented, it was observed that, despite the industrialization, it remains relatively behind the South, due to the high level of poverty and inequality that still persists when compared to the states of the South and Southeast, despite the advances. But despite this, it remains in relative backwardness compared to the south of the country, the high level of poverty that still endures. Industrialization was more a process of opening up to capital appreciation, an increase in intra-regional (class and state) and interregional income concentration. Land concentration is

¹ Professor Titular de Economia Política do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: srrljml@gmail.com

² Doutor em Economia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV; Analista de Gestão na Diretoria Jurídica da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, CAGECE, Brasil. E-mail: ricardocandea@yahoo.com.br

an element that still persists and, to a certain extent, has been reinforced by the modernization of some agricultural sectors. In this way, development is still a utopia.

Keywords: Northeast; inequality; growth; development; modernization.

J.E.L. Code: P1; P16

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o comportamento econômico e social da região Nordeste, dando ênfase ao período 1970-1990. Esta análise será feita com base num breve panorama da região no que diz respeito à produção, renda, estrutura fundiária e evolução da população, desigualdade e extrema pobreza. A análise destas variáveis e o cruzamento entre elas serão feitas mediante o levantamento e evolução de índices. Paralelo a estas, trouxemos também a construção de índices de desigualdade, através do coeficiente V_w , de Williamsom, cujos resultados estão expostos em vários gráficos na seção 4.

Este estudo abrange uma análise teórica e histórica ao fazer um panorama de determinados aspectos econômicos e sociais do Nordeste. Esses aspectos serão ilustrados através de tabelas, gráficos e mediante construção de índices. O estudo terá como aporte teórico central a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. Um breve embasamento teórico geral encontra-se na obra de Marx, *O Capital*, e na obra de Mandel, *O Capitalismo Tardio*.

No nosso entender, a compreensão do subdesenvolvimento deve partir da lógica do movimento do capital, movimento este cuja dinâmica está centrada no processo de acumulação de capital e no desenvolvimento das forças produtivas (progresso técnico) e seus reflexos sobre as relações sociais de produção. A lógica do movimento do capital, por ser estrutural e dialética, contrapõe-se aqui à tese da convergência do crescimento e do desenvolvimento econômico de Kuznets. É nesse sentido que segue adiante nossa perspectiva de análise.

Para Furtado, o subdesenvolvimento estava atrelado às estruturas dualistas – convivência entre capitalismo em expansão e formas pré-capitalistas – assim como a fatores internos, como a questão agrária, a ausência de capital e progresso técnico que, por sua vez, implicavam numa baixa produtividade, de um lado, e no comprometimento do aumento do fluxo de renda real que beneficiasse toda a sociedade. Portanto, era necessário superar a estrutura produtiva heterogênea, onde setores e atividades em expansão conviviam com setores atrasados.

Esses fatores internos, por sua vez, impactavam negativamente numa posição favorável das relações de troca com os países desenvolvidos, extraindo cada vez mais a renda gerada internamente, através do intercâmbio desigual das trocas pela via da divisão internacional do trabalho e das vantagens comparativas, que reforçavam, por assim ser, o caráter de dependência estrutural.

Visto que, na concepção de Furtado, a via de superação do subdesenvolvimento seria o processo de industrialização, como meio para permitir a acumulação de capital, o avanço técnico e aumento da produtividade e, enfim, a expansão do fluxo de renda como requisitos para atenuar a pobreza e as desigualdades, questiona-se se esse processo – que perdurou entre as décadas de 1960 e início da década de 1990 – cumpriu o esperado: o desenvolvimento, nos termos de Furtado.

E nesse sentido que esse estudo se justifica, pois, observa-se ainda hoje, uma profunda desigualdade social intra-regional e inter-regional na região, ilustrada através do alto índice de pobreza e extrema pobreza, quando comparada às regiões Sul e Sudeste.

O texto está organizado da seguinte forma:

Na seção 1 traça-se um breve panorama geral da região Nordeste no contexto do movimento de expansão do capital.

A seção 2 traz uma interpretação da arquitetura teórica do subdesenvolvimento com base em Furtado, incorporando as variáveis e conceitos centrais.

A seção 3 faz uma contextualização do comportamento de algumas variáveis centrais – econômicas e sociais - para a pesquisa, como a questão agrária, evolução e comportamento do PIB da região e dos estados, valor da produção, evolução da população e da pobreza, índice de desigualdade.

A seção 4 desenvolve os métodos e procedimentos metodológicos da pesquisa.

A seção 5 se debruça sobre os resultados a partir dos dados levantados nas tabelas e gráficos, com base no cruzamento entre o enfoque teórico de Furtado e os dados obtidos a partir dos métodos de Williamson e dos intervalos quartílicos de renda.

A última seção apresenta as considerações finais do estudo com base no enfoque teórico-metodológico e nos resultados obtidos.

2 A REGIÃO NORDESTE E O MOVIMENTO DO CAPITAL

O processo de industrialização, acompanhado pelo avanço da área urbana e do setor de serviços que o seguiu, se fortaleceu nas últimas décadas do século passado na região Nordeste, de maneira que esta região tem despontado no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e no VAB (Valor Agregado Bruto), acompanhando o crescimento das demais regiões – Sul e Sudeste – e do país. Quer dizer, o processo de industrialização do Nordeste se consumou, antes de tudo, num processo de modernização.

O atraso que marcou a região no século XIX até meados do século XX tem sido diagnosticado pela ausência de industrialização. Há um paralelismo entre as disparidades regionais e as disparidades entre as nações que se conformam no conjunto do sistema capitalista, mediante sua lógica de funcionamento nos vários estágios de seu desenvolvimento, respeitando suas peculiaridades regionais. Assim, afirma Mandel (1982): “A própria acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital” (MANDEL, 1982, p. 58).

Ou seja, as disparidades econômicas entre as nações têm sido abordadas pelos estudiosos críticos não como uma disfunção do sistema, mas como parte da lógica do próprio desenvolvimento do capitalismo, devido às diferenças nos processos de acumulação de capital, que por sua vez, respondem às diferentes composições orgânicas dos capitais e as magnitudes dos capitais em diferentes países. Isto implica em diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e, por consequência, nos níveis de produtividade do trabalho.

A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas (MANDEL, 1982, p. 38).

As diferenças quanto à acumulação de capital e renda nacional entre os países metropolitanos e os subdesenvolvidos alargaram-se ainda mais[...] (idem, p. 42).

Isto tem levado às transferências de excedentes entre nações e entre regiões, permitindo, por um lado, a acumulação de capital e de riqueza em grandes proporções, e por outro lado, o atraso e a pobreza de outros países e regiões. No que toca a estas últimas, afirma Mandel: “As regiões subdesenvolvidas no interior dos países capitalistas, assim como as “colônias externas”, funcionam dessa maneira como fontes de superlucro” (MANDEL, 1982, p. 61).

No contexto dessa lógica do movimento de reprodução e acumulação do capital, “[...] o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente [...]” e “[...] o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação” (MANDEL, 1982, p. 70). Este é o movimento dialético do capital que se auto-alimenta e reproduz o subdesenvolvimento.

Para entender o caminho seguido pela região Nordeste é preciso analisá-la no contexto da formação do centro econômico dominante no país que foi a região Centro-Sul, em São Paulo, especificamente³. Neste sentido, assinala Oliveira (1977):

O desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional*. (Grifo em itálico do autor) (OLIVEIRA, 1977, p. 74).

Portanto, a região Nordeste, a partir das diretrizes do *centro capitalista nacional* – expressão usada por Oliveira -, passou a assumir um papel nesta divisão do trabalho que passaria a caracterizar, daí por diante, as inter-relações com o restante do país e com o centro econômico dominante. Neste papel, Oliveira é taxativo ao afirmar que este ciclo capitalista formado “toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais ou das ‘regiões’. Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras ‘regiões’ para centralizar o capital” (OLIVEIRA, 1977, p. 75-76).

O processo de concentração e centralização do capital que foi se formando no centro dominante, em parte, via extração do excedente formado no Nordeste, só poderia levar aos desequilíbrios entre as regiões, de maneira que “as disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os “Nordestes” e o Centro-Sul” (idem, p. 76).

Naturalmente este processo econômico se desdobrará num processo político que é a formação de uma estrutura de poder, onde esta se centrará no Centro-Sul, sob domínio do capital, enquanto outra, dependente e subserviente, se centrará no Nordeste, sob domínio da oligarquia latifundiária, quer dizer, classe detentora do monopólio da terra. Oligarquia esta que se estendia de Norte a Sul do país. Nesta polarização, o Estado jogará um papel estratégico no fortalecimento, consolidação e desenvolvimento da indústria no centro dominante e, por outro lado, na consolidação da rigidez estrutural fundiária.

³Não nos deteremos aqui em detalhes sobre esse processo, mas apenas a título de ilustração, pois são inumeráveis os estudos sobre esta temática.

3 A ARQUITETURA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO

Genericamente, Furtado (1983) concebe o desenvolvimento como “[...] a diversidade das formas sociais e econômicas engendradas pela divisão do trabalho social”. O crescimento, por sua vez, representa “a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico” (FURTADO, 1983, p. 78). Portanto, alinhando os dois conceitos, Furtado afirma:

[...] o crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o *mesmo* fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o referido setor especializado (FURTADO, 1983, p. 79) (o grifo em itálico é do autor).

Esse subconjunto econômico representa, para Furtado, a dinâmica do modelo de subdesenvolvimento, que pode se situar no setor agrário-exportador ou na própria industrialização. A possibilidade de expansão desse subconjunto dinâmico para os demais setores (ou subconjuntos) da economia, de maneira a beneficiar tanto capitalistas, quanto trabalhadores, desembocaria no desenvolvimento.

Furtado sintetiza o conceito de desenvolvimento como

[...] aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e da renda *per capita*) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjuntos, ou setores, particulares. (FURTADO, 1983, p. 79).

A nossa percepção a respeito dos conceitos trazidos por Furtado é que o crescimento diz respeito ao aumento da produção e da renda total e *per capita* de um setor especializado da economia, como resultado da divisão do trabalho e do aumento da produtividade no mesmo, de maneira que, a difusão desse crescimento (setorializado) para o restante da economia – o que Furtado chama de conjunto econômico complexo – e seu desdobramento no âmbito social, mediante aumento da renda, caracteriza o desenvolvimento.

A tese de Furtado acerca do subdesenvolvimento da região Nordeste apoia-se no que ele chama de “estrutura sócio-econômica dualista”, caracterizada internamente pela ausência de fatores dinâmicos, a exemplo do progresso técnico, e externamente, pelos laços de dependência estrutural com as nações desenvolvidas. Para este pensador, a origem do subdesenvolvimento está atrelada à forma desta estrutura. O desenvolvimento só é possível quando os frutos da acumulação de capital e do progresso técnico se irradiam para o conjunto da coletividade, através da ampliação do emprego e da melhoria dos salários. Mas são justamente os fatores estruturais que impedem que estes anseios se realizem.

Para Furtado, os países subdesenvolvidos convivem com uma dupla estrutura: uma avançada, aquela na qual já domina forma capitalista de produção; e a atrasada, aquela que ainda convive com formas tradicionais de organização da produção, que ele chama de pré-capitalista, são aqueles setores em que domina a agricultura de subsistência. Para Furtado, “o grau de subdesenvolvimento é dado pela importância relativa do setor atrasado, e a primeira condição para que haja desenvolvimento é que aumente a participação do setor avançado no produto global” (FURTADO, 1983, p. 149).

Mas este pensador entende que, num segundo plano, ou melhor, numa perspectiva ampla, a rigidez do subdesenvolvimento está atrelada à forma como esses países se inserem na

divisão internacional e inter-regional do trabalho ou, dizendo de outra forma, na forma em que estes países participam da ordem capitalista global. Esta ordem foi baseada na lei das vantagens comparativas, idealizada por David Ricardo⁴.

Mas a ênfase dessa estrutura tem uma vertente interna e externa: a externa foi apontada acima, e, a interna, é de duas naturezas: a estrutura agrária e a forma da demanda nos países subdesenvolvidos. Para Furtado, é nesse sentido que se pode compreender o caráter da dependência, fenômeno este que não está ligado apenas à produção, mas, fundamentalmente, ao comportamento da demanda destes países. Portanto, o subdesenvolvimento é, antes de tudo, um fenômeno cultural.

A superação do setor atrasado da economia e sua inserção no setor avançado (capitalista) não implica a superação do subdesenvolvimento. Apesar da industrialização, há três fatores que impactam o desenvolvimento: o progresso técnico – que por sua vez depende e ao mesmo tempo alimenta a acumulação de capital –, os baixos salários e a estrutura agrária. O primeiro deles está ligado às relações de dependência frente aos países desenvolvidos, que detém o domínio do capital tecnológico; o segundo, está relacionado ao fato de, apesar da industrialização, os aumentos de produtividade não repercutirem nas melhorias salariais do conjunto da classe trabalhadora, fato que trava a capacidade de alavancar a demanda interna. O potencial da demanda interna termina sendo privilégio de uma minoria rica, concentradora de capital e de terras e, portanto, da renda; por último, a estrutura fundiária está na raiz das desigualdades sociais, que fazem proliferar as economias de subsistência e seu respectivo atraso e, assim, a miséria.

Nesse sentido, o *colonialismo cultural*, termo adota por Furtado, faz com que essa minoria rica do país – e também da região Nordeste – procure sempre manter seu padrão de consumo ao estilo das sociedades ricas dos países centrais. Ao comportarem-se culturalmente assim, passam a reproduzir historicamente os avanços tecnológicos dos bens de consumo desses países – o consumo por imitação, fazendo com que se crie e se consolide uma rigidez estrutural que impacta a possibilidade de melhorar as rendas dos assalariados, levando a que, por outro lado, perpetue-se mais e mais a concentração da renda.

O comportamento do consumo das minorias ricas dos países subdesenvolvidos – demanda – ao procurarem sempre reproduzir o consumo das ricas sociedades dos países desenvolvidos (ou mesmo, da região economicamente dominante), implica, na outra ponta, uma rigidez estrutural a mudanças na distribuição de renda, ao perpetuar-se a estrutura fundiária concentradora⁵, consolidando cada vez mais a desigualdade social, apesar da industrialização e do crescimento econômico.

Assim, para Furtado, há dois tipos de subdesenvolvimento: aquele cuja base econômica é primário-exportadora; e outro cuja base econômica é industrial. É esse último que no momento nos interessa nesse estudo.

Diante do exposto, expõe-se a seguinte questão: o recente processo de industrialização e crescimento da economia nordestina tem permitido alcançar o desenvolvimento econômico nos termos colocados por Furtado? Se não, como caracterizar o avanço econômico que teve o Nordeste? Afinal, o desenvolvimento, em seu significado pleno, é uma utopia?

⁴Princípios de Economia Política e Tributação, 1817.

⁵A perpetuação da estrutura fundiária concentrada não é apenas uma questão em si, quer dizer, não se trata apenas de uma questão agrária, mas, social; há uma rede de atividades que, atrelada a essa estrutura, permite a obtenção de grandes lucros por parte de uma minoria e de baixos salários para aqueles que trabalham nesses setores.

4 PANORAMA DA ECONOMIA DO NORDESTE

4.1 Estrutura fundiária

Historicamente, a forma como se organizou a posse da terra na região Nordeste determinou sua estrutura econômica e as relações sociais de produção. Embora a forma de organização da posse da terra tenha sido na época colonial uma resposta aos impulsos econômicos externos, ela atendeu antes aos estímulos de colonização, por meio da doação de grandes extensões de terras que receberam o nome das capitânicas hereditárias e depois de sesmarias.

Partindo do pressuposto que a estrutura fundiária é um elemento-chave para entender a organização econômica e social nesta região, iniciaremos o estudo do Nordeste com ela. A análise cobre quatro períodos: 1950, 1985, 1995, 2006.

Na década de 1950, segundo mostra Prado Jr. (1980), propriedades até 100 ha eram consideradas pequenas, entre 100 e 200 ha, médias e acima de 200 ha eram grandes. A razão área/estabelecimento para pequenas propriedades representava 0,26; para as médias, a razão era 1,88 e, para as grandes, 11,07, o que demonstra um alto grau de concentração fundiária no Nordeste.

Os dados mais recentes para a região (TABELA 1) apontam uma estabilização na razão área/estabelecimento nos quatro extratos de área com variabilidade pouco alterada. Ou seja, nesses 20 anos (1985/2006) a estrutura fundiária manteve-se inalterada, altamente concentradora. Nos extratos de menos de 10 ha e nos extratos com mais de 1000 ha, a distribuição foi de 2,5 ha e 2.800 ha, em média, o que denota uma forte rigidez na concentração. O quadro atual é ainda mais grave, pois se em 1950 tinha-se o módulo de pequenas propriedades até 100 ha, de 1985 a 2006, proliferaram-se pequenos estabelecimentos com até 10 ha, sendo estes agora considerados pequenas propriedades. Nota-se que a concentração da terra se intensificou. Apesar da mudança no perfil produtivo, mais de caráter industrial-urbano e menos rural-agrícola, a concentração manteve-se⁶.

TABELA 1: Comportamento da Estrutura Fundiária no Nordeste – 1985-2006

	1985	2006
Menos de 10	2,5	2,4
10 a menos de 100	32,2	30,3
100 a menos de 1000	255,0	248,1
Mais de 1000	2.352,4	2.562,0

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário e a agricultura familiar no Brasil (2009).

Quanto ao Índice de Gini, os valores do Nordeste e para o Brasil foram praticamente iguais, com alta concentração fundiária (em média 0,85). Para os estados a maior concentração média foi no Maranhão, seguido de Alagoas e Ceará, todos acima de 0,85. Para todos os estados brasileiros, em 1985 o menor índice foi no Acre (0,61), enquanto o maior foi no Maranhão (0,92). Já para 2006, o menor índice foi em Roraima (0,66) enquanto o maior foi em Alagoas

⁶ O Nordeste vivenciou após a década de 1960 um novo perfil agrícola, menos voltado para bens de subsistência e mais para valor comercial. Importante estudo nessa área é o I Dossiê Nordeste, organizado por Tânia Bacelar e outros autores.

(0,87), acompanhado do Maranhão e do Mato Grosso. Para o conjunto das regiões, o Nordeste é o que apresenta maior índice de concentração.

4.2 Evolução do PIB (Produto Interno Bruto)

Os dados sobre o PIB são importantes, pois, a depender do seu desempenho, traz informações sobre o comportamento da economia como um todo e de seus respectivos setores quanto ao crescimento, estagnação ou declínio em determinados períodos. O período de análise vai de 1970 a 2009.

Essa periodização é importante porque traz características políticas e econômicas peculiares. A década de 1970 foi quando ocorreu a crise do petróleo e a crise da economia mundial, puxada pela crise dos Estados Unidos¹. Mas já no início dos anos 1970 (1971-1973) o Brasil vivenciou seu “milagre econômico”, crescendo a taxas em torno de 10%, enquanto o restante das principais economias cresciam 3 e 4%; já a década de 1980 sofrerá os reflexos da crise no período anterior, movimento este no qual se dá o grande endividamento externo do Brasil e o país recorre ao FMI em 1982. Foi um período de austeridade que ficou marcado pelos economistas como “década perdida”. Nesta década também vamos ter a desestabilização política do país, com o fim da ditadura e os fracassos dos vários planos econômicos (do Plano Cruzado ao Plano Bresser) com a Nova República até início da década de 1990; nesta década é o momento de arrumar a casa, com a estabilização da moeda e o controle da inflação a partir de 1994 no governo FHC; nesta década vamos ter também a abertura comercial do país com forte teor neoliberal e o impulso da política de privatizações; a década de 2000 será de contenção da política de abertura comercial e privatização e, em contrapartida, vamos ter o fortalecimento do Estado, principalmente na área social, quando o governo Lula ampliará o programa de assistência social, Bolsa Família. De 2002 a 2010 – com exceção da crise de 2008 – o Brasil teve bom desempenho em sua economia (mesmo depois da crise, a economia brasileira segue bem até 2012), pois o momento inicial da crise nesse intervalo de 4 anos, de certa forma, não atingiu o Brasil.

Conforme Carvalho (2008), o período 1960/2000 ficou marcado na economia nordestina pelas taxas positivas de crescimento e progressiva articulação à economia brasileira. As quatro décadas correspondem a etapas distintas desse período: 1960, de expansão; 1970, de continuidade do crescimento; 1980, de desaceleração e 1990, de mais desaceleração e crise.

Ainda segundo o mesmo autor, essa trajetória foi aberta com a *fase inicial de expansão*, nos anos 1960, quando beneficiado, em parte, pelo planejamento regional –, recebeu investimentos básicos, sobretudo em rodovias e energia elétrica, crescendo a uma taxa média de 4,4%. Nos anos 1970, apoiado pelo “milagre econômico” e pelos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) vem a *fase de continuidade do crescimento*, na qual os investimentos de infra-estrutura foram complementados pelos empreendimentos produtivos, principalmente os industriais, e a região se expande a uma taxa anual de 9,4%. Os anos 1980 correspondem à *fase de desaceleração*, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou impacto negativo. A taxa média diminuiu, então, para 4,3%. No entanto, nos anos 1990, o Nordeste, refletindo a instabilidade econômica e a experiência da desregulamentação e da abertura econômica, obteve taxas menores que nas décadas anteriores, uma média de 2,6%, configurando a *fase de continuidade da desaceleração e crise* (GUIMARÃES NETO, 2004).

A TABELA 2 aponta crescimento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo estável na região Sul, com queda de 3,9% na região Sudeste. Apesar da queda do PIB no Sudeste, essa região é responsável por mais de 50% do PIB Nacional, seguido pelo Sul e o Nordeste. Do ponto de vista da concentração de capital, através do PIB, é de se supor que a desconcentração do mesmo no Sudeste tenha sido compensada pelo dinamismo do PIB no Nordeste, onde houve no processo de industrialização uma transregionalização de empresas – via filiais – para esta região.

TABELA 2: Participação das Grandes Regiões no PIB – 1995-2012, em %

	1995	2000	2005	2010	2012
Norte	4,2	4,4	5,0	5,3	5,3
Nordeste	12,0	12,4	13,1	13,5	13,6
Sudeste	59,1	58,3	56,5	55,4	55,2
Sul	16,2	16,5	16,6	16,5	16,2
Centro-Oeste	8,4	8,4	8,9	9,3	9,8
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Contas Regionais do Brasil, 2015. IPEA, 2015.

Analisando os dados da TABELA 3, para o primeiro período – 1970/1980 – o percentual de crescimento do PIB do Nordeste foi de 131,59%, obtendo crescimentos bem menores nos períodos 1980/1990/2000, respectivamente para 52,45% e 42,08%, recuperando-se em 2010, 47,49%. No intervalo de quatro décadas o PIB cresceu 640%. Vale ressaltar que esse crescimento foi puxado pelos estados da Bahia e Pernambuco.

TABELA 3: PIB dos estados e da região Nordeste a preços constantes – 1970-2010

Períodos	1970	1980	1990	2000	2010
Alagoas	4.256.632	9.523.942	15.487.584	17.946.198	24.574.808
Bahia	15.805.007	41.291.649	70.009.716	106.995.993	154.340.458
Ceará	9.889.066	24.276.030	32.558.210	53.104.705	77.865.415
Maranhão	7.696.328	18.150.538	22.660.644	27.738.099	45.255.942
Paraíba	5.721.471	12.055.512	16.456.710	20.840.093	31.947.059
Pernambuco	17.111.124	34.119.292	50.886.814	64.621.925	95.186.714
Piauí	3.393.809	7.967.745	10.733.696	13.924.642	22.060.161
Rio G. Norte	2.640.357	7.168.783	10.615.672	23.093.896	32.338.895
Sergipe	2.072.718	4.290.702	12.752.439	15.810.865	23.932.155
Nordeste	68.586.511	158.844.195	242.161.485	344.076.416	507.501.607

Fonte: IBGE/ Contas Regionais do Brasil, 2012. IPEA (2015)

Vale salientar que, fundamentalmente para a indústria e os serviços, esse dinamismo foi puxado pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Com relação à agropecuária, o estado da Bahia continua à frente, mas com os outros estados concorrendo proximamente, como Pernambuco e Ceará, apesar de terem um território bem menor que o da Bahia.

Em termos gerais, os dados mostram que o Nordeste – que foi tradicionalmente uma economia agroexportadora e/ou de subsistência – tem mudado seu perfil econômico, sustentado na indústria, que alimenta o setor urbano e que alavancou o setor de serviços.

4.3 A questão social

A análise do comportamento dos aspectos sociais da região Nordeste diz respeito aos seguintes aspectos: extrema pobreza, renda *per capita*, índice de desigualdade intra e inter-regional.

Com base na TABELA 4, observa-se para o Nordeste, no período 1976/1990, crescimento significativo da extrema pobreza. A década de 1990 é a que atingirá o pico em números absolutos: a população extremamente pobre (que recebe renda de até R\$ 70,00 por mês) salta, em apenas uma década, de 12 milhões de pessoas para 17 milhões, ou seja, houve um acréscimo nesse período de quase 5 milhões de pessoas na extrema pobreza.

No período 1990/2001 há uma pequena queda, mas foi no período 2001/2013 que essa queda foi vertiginosa, de 15 milhões para próximo de 6 milhões de pessoas naquele estado. Sem suspeita de erro, esse resultado foi devido à ampliação do Programa Bolsa Família e os aumentos que teve em seu valor. O maior número de pessoas nessa situação, para 2013, estão, em primeiro lugar, na Bahia, seguida de Maranhão e Ceará. Em termos porcentuais, o índice para o Nordeste em 1976 foi de 71,85 em média de pessoas na situação de extrema pobreza, enquanto para 2006 esse dado cai para 28,55%; a diferença entre os dois períodos representa uma queda de 43,30%, bastante significativo.

TABELA 4: Número de indivíduos extremamente pobres nos estados do Nordeste – 1976/2013

Períodos	1976	1981	1990	2001	2013
Alagoas	660.428	542.402	916.428	1.055.157	407.394
Bahia	2.643.453	2.602.132	4.480.819	3.988.479	1.497.727
Ceará	2.098.141	2.335.295	2.828.804	2.252.762	927.434
Maranhão	1.748.954	1.770.233	2.199.638	2.058.992	1.174.693
Paraíba	1.026.311	1.301.734	1.436.968	1.076.750	319.867
Pernambuco	1.899.067	1.778.044	2.490.340	2.487.115	858.085
Piauí	1.109.667	1.240.024	1.488.412	962.669	290.638
Rio G. Norte	648.266	664.859	910.432	728.292	249.600
Sergipe	337.798	592.006	411.077	484.476	134.497
Nordeste	12.172.085	12.626.729	17.162.918	15.094.692	5.859.935

Fonte: IPEA, 2015.

Quando observamos os dados da evolução da população no período 1980/2014 para o Nordeste, na TABELA 5 tem-se um acréscimo na população de 62%. Se se leva em conta, com base na tabela anterior, que o número da extrema pobreza caiu para 5.859 milhões de pessoas; em 2013, a razão extrema pobreza/tamanho da população é de 10%, na década de 2000 de 31%, na de 1990, 40% e na década de 1980, de 36%.

TABELA 5: População dos estados do Nordeste e da região – 1980/2014

Períodos	1980	1990	2000	2010	2014
Alagoas	1.975.258	2.504.847	2.897.881	3.231.836	3.321.305
Bahia	9.419.377	11.833.426	13.519.548	14.768.312	15.126.371
Ceará	5.268.693	6.368.785	7.601.788	8.569.783	8.843.553
Maranhão	3.981.622	4.922.472	5.794.912	6.603.880	6.850.884
Paraíba	2.759.930	3.212.822	3.472.839	3.819.237	3.943.885
Pernambuco	6.120.550	7.151.534	8.119.689	8.985.658	9.278.152
Piauí	2.131.109	2.582.455	2.877.451	3.142.946	3.193.956
Rio G. do Norte	1.891.151	2.406.035	2.837.885	3.264.647	3.408.510
Sergipe	1.135.904	1.482.911	1.824.047	2.120.052	2.219.574
Nordeste	34.683.594	42.465.287	48.946.040	54.506.351	56.186.190

Fonte: IBGE, 2015. IPEA, 2015.

Trouxe-se também um índice que sintetiza os dados que até então apresentamos: o índice da desigualdade na região Nordeste, Sul e Sudeste (TABELA 6).

TABELA 6: Índice de Gini da desigualdade social nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul – 1985/2006

	1985	2006
Alagoas	0,85	0,87
Bahia	0,84	0,84
Ceará	0,81	0,86
Maranhão	0,92	0,86
Paraíba	0,84	0,82
Pernambuco	0,83	0,82
Piauí	0,89	0,85
Rio Grande do Norte	0,85	0,82
Sergipe	0,86	0,82
Nordeste	0,85	0,84
Espírito Santo	0,67	0,73
Rio de Janeiro	0,81	0,80
Minas Gerais	0,77	0,79
São Paulo	0,77	0,80
Sudeste	0,75	0,78
Paraná	0,75	0,77
Rio Grande do Sul	0,76	0,77
Santa Catarina	0,68	0,68
Sul	0,73	0,74

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário e a agricultura familiar no Brasil, 2009.

Apesar do crescimento da economia, dinamizada pela indústria e serviços, assim como pelo aumento da renda média das famílias e com a vertiginosa diminuição da população extremamente pobre, a desigualdade social no Nordeste, em relação às demais regiões e ao país, manteve-se em alta, no patamar de 0,85, quando comparado ao Sul e Sudeste. Observa-se na TABELA 6 que o índice, para alguns estados no Sul e Sudeste, embora tenha aumentado no período 1985/2006, eles estão abaixo dos índices do Nordeste, o que denota a rigidez para se obter o avanço em certas variáveis no Nordeste, das quais provavelmente uma delas é a estrutura fundiária que, conjugada a outros fatores, colocam o Nordeste no primeiro patamar da

desigualdade. O Nordeste cresceu economicamente, mas manteve-se desigual socialmente. O cruzamento desta tabela com a TABELA 2 (PIB/NE/estados) sintetiza a questão central que trouxemos para esta pesquisa: O PIB, a renda e a riqueza cresceram de forma significativa no Nordeste, mas as disparidades regionais e as desigualdades sociais enrijeceram, não acompanhando o desempenho das variáveis econômicas. O quadro da pobreza na região Nordeste é bem maior do que demonstram estes dados. A apresentação dos índices de Williamson irá reforçar esta afirmação mais à frente.

5 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE O COEFICIENTE VW DE WILLIAMSON

O desdobramento desta pesquisa também buscou construir índices de desigualdade social para os municípios da região Nordeste, como uma forma de amparar os dados para os estados da região.

A análise da evolução das desigualdades intermunicipais do Nordeste Brasileiro será apresentada por meio de duas metodologias complementares. Inicialmente, apresenta-se o coeficiente V_w de Williamson (1965).

O coeficiente mede a dispersão dos PIBs *per capita* municipais em relação à média e que cada município representa a agregação de disparidades intramunicipais relevantes. Ao se rearranjar o fracionamento do território (Macrorregião e Unidades da Federação), têm-se novas e diferentes agregações dentro dos limites de cada município, e o impacto sobre o coeficiente V_w pode se originar apenas nessa modificação, sem que haja nenhuma alteração real da renda dessas populações. A simultaneidade de causas econômicas para a alteração do coeficiente reduz significativamente seu poder de explicação e põe em questão a conclusão original dos autores.

Nas análises que seguem, a variável renda será representada pelo PIB e pelo Produto Interno Bruto *per capita* (y_i), Obtidos Junto ao banco de dados do IPEAdata (2015). Os dados de população para o mesmo período são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As limitações de praxe aplicam-se a essa instrumentalização, especialmente pela dificuldade de estabelecer a relação entre a produção final atribuída ao município e a renda efetiva de sua população.

5.1 O coeficiente V_w de Williamson

Williamson (1965) procurou lançar luz sobre a análise regional, trazendo elementos adicionais para a discussão acadêmica, que abordava as dificuldades para o crescimento equilibrado como oriundas das experiências nacionais específicas na Itália, na França, no Brasil e nos Estados Unidos. Mais especificamente, Williamson estava tentando comprovar a hipótese de Kuznets (1983) sobre o U-invertido⁷, base de grande parte da tese de convergência do crescimento econômico, que admitia que, nos estágios iniciais do desenvolvimento, se verifica

⁷Em economia, uma curva de Kuznets representa graficamente a hipótese de que como uma economia se desenvolve, as forças do mercado inicialmente elevam a desigualdade, mas a tendência é que a expansão do capital e da tecnologia diminuam a desigualdade econômica, havendo um convergência geral dos países para o desenvolvimento. A hipótese foi avançada pela primeira vez pelo economista Simon Kuznets na década de 1950 e 60; para maiores detalhes ver Kuznets (1983).

uma ampliação das desigualdades, o que vem a se tornar convergência nos estágios mais avançados.

Williamson apresentou um coeficiente que mede o grau de dispersão relativa da renda *per capita* de uma série de unidades espaciais de interesse em relação à renda média do conjunto dessas regiões.

Para diferenciá-lo do Coeficiente de Variação (CV)⁸ convencional e incorporar as diferenças entre unidades geográficas, o autor propôs a ponderação do CV pela população de cada unidade regional. Sendo assim, o coeficiente de variação regional de Williamson para a renda (w) é calculado, para os municípios do Nordeste do Brasil, como segue:

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum_i (y_i - \bar{y})^2 \cdot \frac{f_i}{n}}}{\bar{y}} \quad (1)$$

Em que:

y_i = proxy de renda *per capita* do i -ésimo município;

\bar{y} = proxy de renda *per capita* média;

f_i = População do i -ésimo município; e

n = População total.

5.2 Estados do Nordeste

Enquanto o coeficiente de Williamson proporciona uma medida sintética da dispersão do PIB no Nordeste, a análise por Estados oferece uma noção da movimentação espacial da riqueza entre os anos de 1920 de 2010.

A análise consiste em dividir os municípios da Região Nordeste em quatro intervalos quartílicos de PIB *per capita*, com 25% do total de municípios em cada intervalo, ordenados de 1 ao 4. A seguir, apresenta-se um levantamento do número de municípios, em cada uma das três macrorregiões, que pertencem a cada intervalo, com especial interesse no primeiro e no quarto intervalos.

Desse modo, pode-se analisar qual região está se tornando relativamente mais rica ou mais pobre, independentemente da redução ou do crescimento das desigualdades no Nordeste como um todo (representada pelo V_w).

Por fim, apresentam-se alguns dados que refletem a realidade econômica no interior de cada Estado.

O primeiro deles é o próprio coeficiente de Williamson, agora calculado apenas para os municípios de cada uma das macrorregiões, de forma a indicar o grau de dispersão do PIB *per capita* nesses subconjuntos da economia da Região. Os demais dados indicam as participações

⁸ O CV é a razão entre o desvio padrão de uma determinada distribuição pela sua média e é utilizado como medida de dispersão relativa ao permitir a comparabilidade entre distribuições de magnitudes ou variáveis muito diferentes. Quanto mais próxima a zero é o valor do coeficiente, mais homogênea é a distribuição.

das macrorregiões no PIB e na população do Nordeste, bem como a composição setorial do Valor Adicionado (VAB).

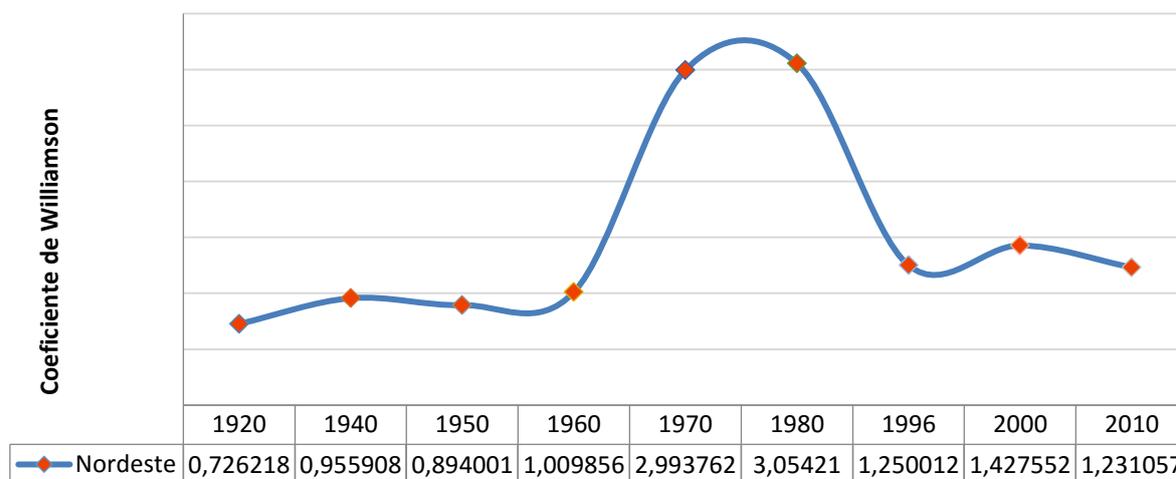
6 DESIGUALDADES REGIONAIS NO NORDESTE

A análise começa pelo panorama geral das desigualdades intermunicipais do PIB *per capita* no Nordeste por meio da série do coeficiente de variação ponderado, chamado de coeficiente de Williamson. O GRÁFICO 1 mostra a evolução do coeficiente para o período de 1920 a 2010, delimitado neste estudo.

Os primeiros resultados são interessantes. A curva de tendência indica que as desigualdades intermunicipais se mantiveram instáveis ao longo do período com uma tendência crescente. Nota-se um crescimento da desigualdade mais acentuada no período de 1960-1980 período em que vigoraram políticas regionais para região.

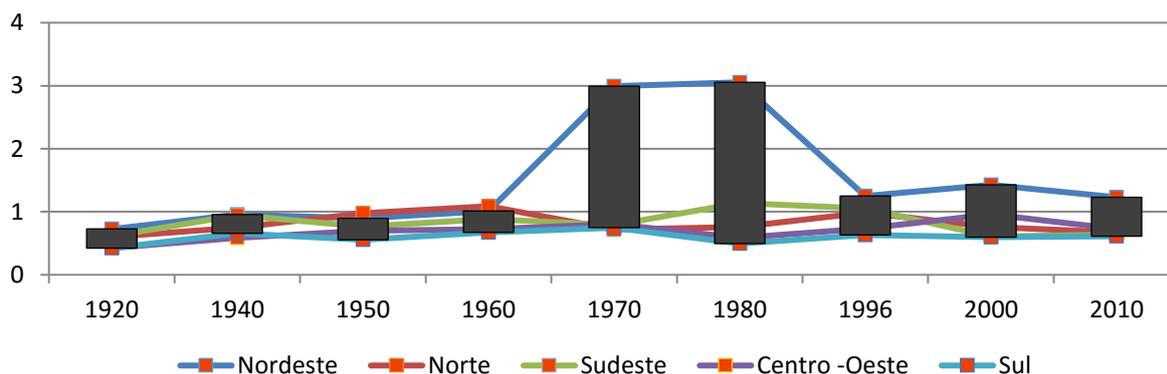
Antes de inferir qualquer coisa a respeito desses dados, vale lembrar que houve crescimento real do PIB *per capita* do Nordeste no período de análise, em torno de 17%. Além disso, houve uma reestruturação na composição setorial do PIB do Estado, o que deve se refletir na composição territorial do mesmo, já que os setores não estão uniformemente distribuídos nos espaços.

GRÁFICO 1. Coeficiente de Williamson de desigualdade regional no Nordeste, 1920-2010



Fonte : elaboração própria com base nos dados do IPEAdata, 2015.

Esses dados, em combinação com a instabilidade do indicador de dispersão dos valores municipais, indicam que, por um lado, parece que o crescimento esteja provocando um aprofundamento das disparidades de renda entre os municípios, conforme a hipótese myrdaliana de causação cumulativa. Ao mesmo tempo, não é possível afirmar, sob a hipótese neoclássica, de que maiores níveis de desenvolvimento tenham dirigido a região para uma trajetória de convergência entre as regiões. Apesar disso, tenta-se analisar se o crescimento está ocorrendo de forma desequilibrada, já que o GRÁFICO 2 mostra um comportamento diferente da região nordeste em comparação com as demais macrorregiões do Brasil.

GRÁFICO 2. Coeficiente de Williamson de desigualdade das Macrorregiões do Brasil, 1920-2010.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IPEAdata, 2015.

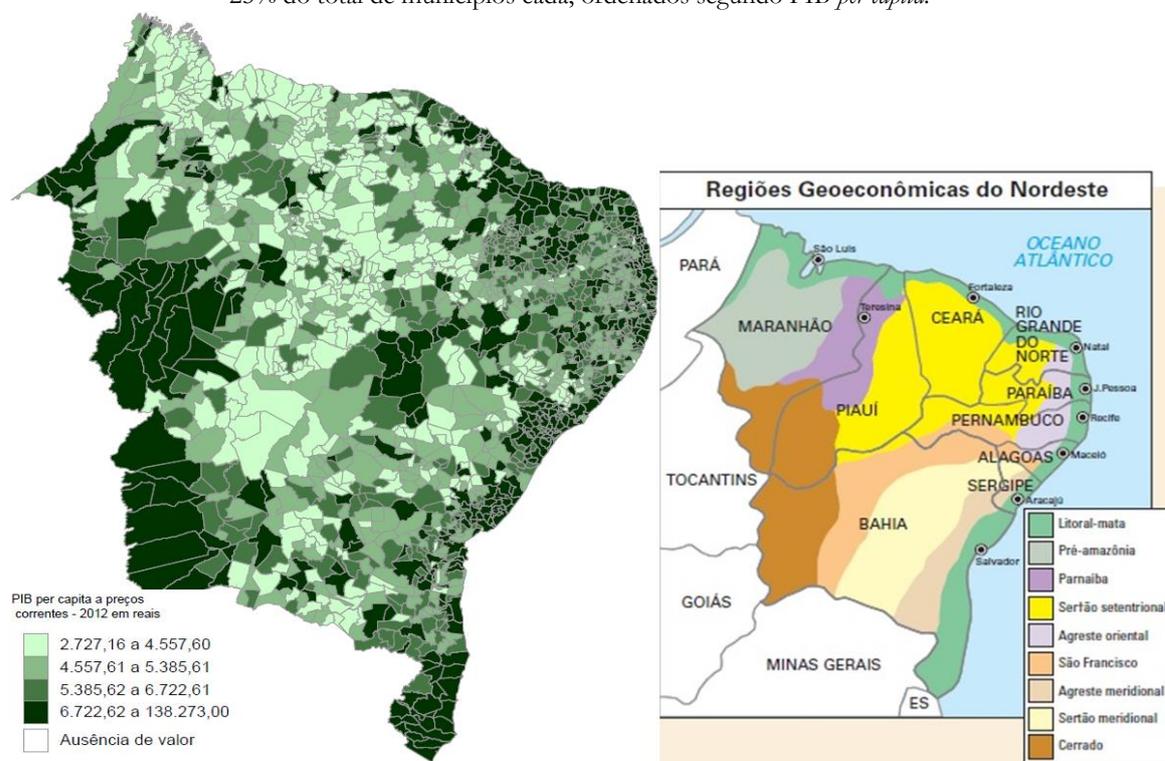
Analisando o padrão de evolução do crescimento do Nordeste brasileiro percebe-se uma clara concentração em termos de PIB per capita do Nordeste. Afinal, os diferentes setores estão geograficamente dispersos e a economia nordestina vivenciou diferentes estímulos, propagando-se de maneira desigual através dos canais de transmissão do crescimento. Se a hipótese do crescimento não equilibrado está correta, a análise desagregada da economia do Nordeste poderá mostrar alguma redistribuição espacial da renda, mesmo que o indicador agregado de desigualdade permaneça (quase) constante para o período de 1996-2010.

Contudo, Silva e Teixeira (2014) afirmam que, mesmo depois da implementação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, o Nordeste continua, apesar de maior, tendo uma participação marginal na base industrial do País. A participação da indústria nordestina na indústria nacional segue uma trajetória declinante no período em questão. Isto não se deve à redução da produção absoluta da indústria no Nordeste, mas ao crescimento superior do PIB industrial nacional. A participação do PIB industrial nordestino se reduz entre 1939 e 1955, e depois da maturação dos investimentos da Sudene, volta a apresentar crescimento entre 1962 e 1965. No entanto, o valor adicionado da indústria segue uma trajetória, com algumas inflexões, de crescimento expressivo. Portanto, a redução da participação industrial nordestina se deve ao crescimento da produção industrial nacional ser superior ao crescimento apresentado pela indústria no Nordeste e, não a sua redução absoluta.

Celso Furtado (1984) argumenta que apesar de não existir no período 1960-1970 relação direta entre crescimento e desenvolvimento, uma vez que o crescimento não foi acompanhado por uma evolução positiva dos indicadores sociais, sendo o Nordeste um exemplo de mau desenvolvimento, houve poucas regiões periféricas que apresentaram taxas de crescimento tão elevadas ou que tenham conhecido um processo de industrialização tão intenso por duas décadas como o apresentado no Nordeste.

FIGURA 1. Divisão municípios pertencentes intervalos do PIB *per capita* do Nordeste, 2012.

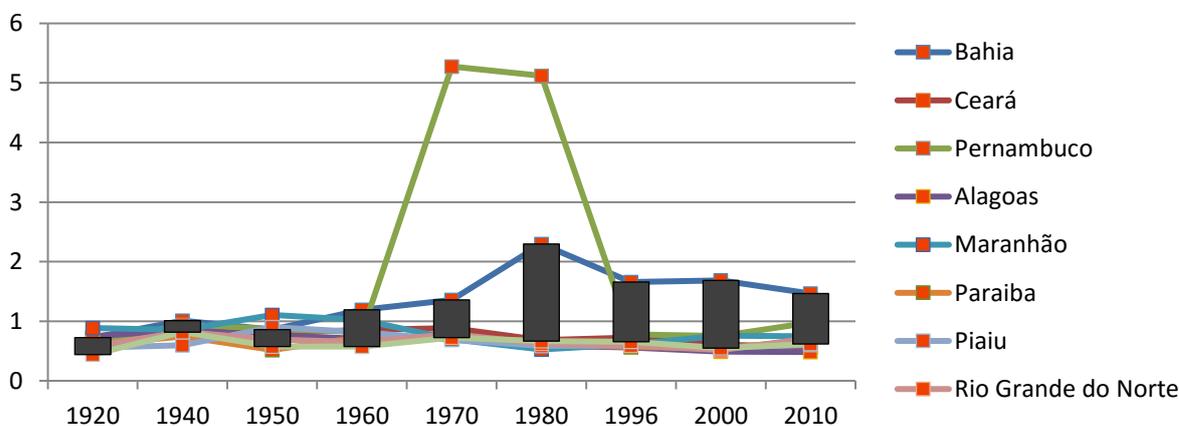
Dividiu-se, na FIGURA 1, o conjunto dos municípios do Nordeste em quatro intervalos quartílicos, contendo 25% do total de municípios cada, ordenados segundo PIB *per capita*.



Fonte: IBGE, 2015. IPEA, 2015.

Percebe-se claramente uma concentração do PIB *per capita* no cerrado baiano e no litoral nordestino do Ceará até o sul da Bahia, além dos polos de irrigação da região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Nesta ótica a concentração pelo Índice de Williamson (GRÁFICO 3) mostra que os Estados de Pernambuco e Bahia, em termos de concentração de riqueza na forma do PIB per capita são os que mais puxaram a concentração da região Nordeste entre 1960 e 2010.

GRÁFICO 3. Coeficiente de Williamson de desigualdade das Macrorregiões do Brasil, 1920-2010



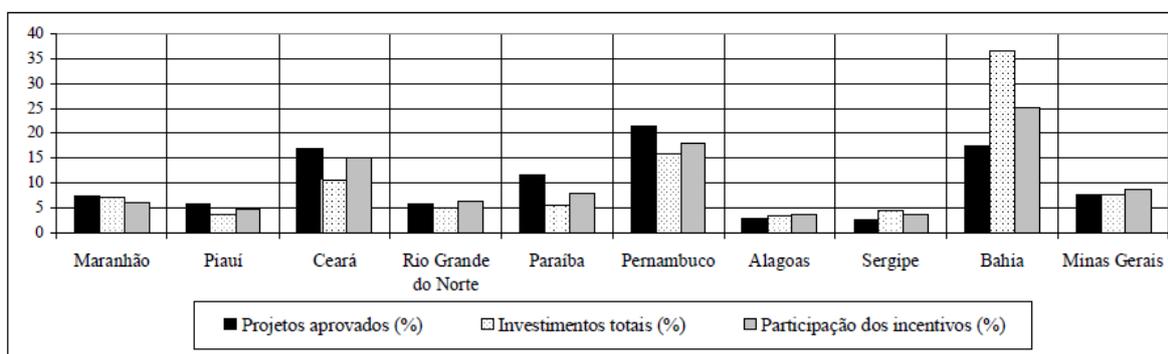
Fonte: elaboração própria com base nos dados do IPEAdata, 2015.

As condições econômicas da última década desse período se distanciaram significativamente da base produtiva nordestina dos anos 1950, alterando-a quase por completo. Um total de 3.052 projetos foram aprovados pela Sudene no período 1974/2000, concentrados nas áreas metropolitanas das capitais dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. O Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) financiou as principais indústrias que se instalaram na região, liberando R\$15,8 bilhões para projetos, que, somados a contrapartidas, a outros empréstimos ou a recursos privados, geraram um investimento total de R\$68,4 bilhões (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE citado por CARVALHO, 2008).

Outra observação é que a industrialização regional incidiu no litoral e principalmente nas três capitais mais importantes (Salvador, Recife e Fortaleza). Assim, os padrões da ocupação permaneceram igualmente concentrados na orla litorânea, nos espaços já mais dinâmicos, comparativamente falando (ABLAS & PINTO, 2009).

Nesse sentido, Ribeiro (2010) afirma que a resultante da política de incentivos da Sudene acabou favorecendo a concentração espacial e setorial dos investimentos em apenas três estados da região nordestina, não atendendo a proposta de reduzir as disparidades intra e inter-regionais. De acordo com dados da Superintendência, disponibilizados no *site* da Sudene, de um total de 2.820 projetos aprovados pela Sudene até junho de 1990, 21,5% concentraram-se em Pernambuco, 17,6% na Bahia e 17% no Ceará. No tocante à distribuição dos incentivos, as participações desses estados foram, respectivamente, de 17,9%, 25,3% e 15%. Com relação aos investimentos a concentração foi ainda maior, sendo de 36,5% na Bahia, de 15,7% em Pernambuco e de 10,5% no Ceará. O GRÁFICO 4 ilustra essa relação de disparidade na participação dos estados nordestinos no planejamento formulado pela Sudene, segundo a distribuição espacial dos projetos e os incentivos e investimentos realizados no período de 1962 a 1990.

GRÁFICO 4. Nordeste: distribuição espacial dos projetos, investimentos e incentivos, 1962-1990.



Fonte: Sudene-BNB, 1990 citado por ALMEIDA & ARAÚJO, 2004, p. 109.

Ribeiro (2010) chama a atenção ao analisar o GRÁFICO 4, pois percebe-se o que já foi assinalado: mais da metade dos investimentos (62,7%) e dos incentivos totais (58,2%) foram destinados a três estados da região (Pernambuco, Bahia e Ceará), no período que se estende

desde 1962 até 1990. O pano de fundo desses movimentos está ancorado na política de industrialização do Nordeste incentivada pelo governo e marcada pela instalação de indústrias extra-regionais em pontos específicos da região, como o deslocamento de indústrias têxteis oriundas do Sudeste e Sul.

Essa orientação contrariava as proposições do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), que indicava a criação de um complexo industrial genuinamente nordestino (capital, mão-de-obra e matéria-prima, locais) como indutor do desenvolvimento.

Ainda segundo a autora, na década de 1970 – com a instituição do II PND – houve a atração de grandes e modernos complexos industriais, notadamente do químico e do petroquímico, em razão da vantajosa dotação de determinados recursos naturais existentes na região, como na Bahia (Petrobrás) e no Maranhão (Vale do Rio Doce), por exemplo, além dos benefícios governamentais concedidos. Assim, a política de desenvolvimento concebida pela Sudene, contou não apenas com o sistema “34/18”⁹, para garantir que grandes empresas se instalassem na região Nordeste, mas também com a base de recursos naturais e a energia elétrica existentes na região.

Segundo Carvalho (2011), à concepção da implantação de Complexos Industriais se somaria uma reformulação no sistema de incentivos fiscais, que culminou na criação, em 1974, do Sistema FINOR, cuja lógica de funcionamento se revelaria muito mais ao alcance das grandes empresas. Contrariando ainda as proposições do GTDN, a rigor, desde meados da década de 1960, a política de industrialização do Nordeste vinha privilegiando os grandes compartimentos industriais. Essa tendência agudizou-se ainda mais, com a implantação, no decorrer da década de 1970, de complexos industriais no Nordeste, como: o Complexo Petroquímico de Camaçari; o Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe; o Pólo Cloroquímico de Alagoas; o Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte; o III Pólo Industrial do Nordeste; o Pólo Mínero-metalúrgico do Maranhão, além do Complexo Industrial Portuário de Suape (Pernambuco), do Pólo Têxtil e de Confecções de Fortaleza (Ceará), do Complexo Agroindustrial do Médio São Francisco (Petrolina/Juazeiro) e do Pólo de Fruticultura Irrigada do Vale do Açu (Rio Grande do Norte). Esse fato demonstra que o processo de industrialização do Nordeste foi alinhado ao processo de acumulação de capital que originou-se e consolidou-se no Sudeste, levando à concentração de capitais nesta região à procura de valorização; e que esta procura vai encontrar no Nordeste o espaço desejado. Mas, por outro lado, deve-se levar em conta que a dianteira desse processo coube às várias formas de intervenção do Estado, conforme expôs Araújo (1997):

Uma das características importantes da economia do Nordeste é o relevante papel desempenhado nos anos recentes pelo setor público. É evidente que o Estado

⁹ Os incentivos fiscais, inicialmente conhecidos como Sistema 34/18, foram assim designados por referirem-se ao Artigo 34 do Decreto n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto n.º 4.239, de 27 de junho de 1963, que criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste. O Sistema 34/18 baseava-se na relação entre três agentes: a empresa optante (ou depositante), a empresa beneficiária (ou investidor) e a Sudene. A empresa optante era a pessoa jurídica, situada em território nacional, que poderia deduzir do seu imposto de renda, determinada parcela a ser investida no Nordeste. A beneficiária era responsável pela elaboração, implantação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados no Nordeste. Já a Sudene, era responsável pela aprovação e fiscalização da aplicação dos recursos, de acordo com os planos traçados para o desenvolvimento regional. Para maiores detalhes ver: <http://www.sudene.gov.br/>.

patrocinou fortemente o crescimento econômico nas diversas regiões brasileiras. No Nordeste, porém, pode-se afirmar que sua presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas. Direta ou indiretamente, foi o setor público que puxou o crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região nos anos 70 e 80.

[...] Investindo, produzindo, incentivando, criando infra-estrutura econômica e social, o Estado se fazia presente com grande intensidade na promoção do crescimento da economia nordestina. (ARAÚJO, p. 12, 1997)

Do ponto de vista teórico, acreditava-se que o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas seria possível de ser obtido com a implantação de empreendimentos de grande porte, que ancorassem o desenvolvimento posterior de uma cadeia produtiva mais ampla e adensada. Para a atração desses investimentos preconizava-se a concessão de benefícios fiscais (como foi o caso do Finor no Nordeste) (SICSÚ; LIMA; SILVA, s.d.).

Contudo, as desigualdades espaciais foram mantidas e, em muitos casos, até aprofundadas, quando não recriadas, e agravou-se a concentração de renda. Não se pode negar que houve avanços e desenvolvimento, ainda que restrito, mas os seus frutos foram altamente concentrados, dependentes de uma forte participação estatal e com uma grande exclusão social. Não houve o “natural” espraiamento dos frutos do progresso que se esperava automático, segundo a teoria dos Polos de Desenvolvimento. (SICSÚ; LIMA; SILVA, s.d.).

Depois de anos e anos de expectativas de que o Nordeste pudesse contornar esse quadro social perverso, Celso Furtado desabafou:

Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias periféricas *nunca* serão *desenvolvidas* (FURTADO, 1974, p. 75) (grifos do autor).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tratou de fazer uma interpretação do período áureo da economia do Nordeste, da década de 1960 até o presente, a partir da construção de índices e dos dados levantados e cruzados sobre aspectos econômicos e sociais.

A região Nordeste tornou-se, no período 1960-1990, um espaço de valorização do capital mediante instalação de filiais, contando com um amplo mercado de trabalho (com mão-de-obra abundante e barata) para os setores mais desenvolvidos da região dominante. A disponibilidade de mão de obra a baixos custos e sem força sindical na região, possivelmente, favoreceu a extração de excedentes na forma de mais-valia transferida para o Sudeste e para a matriz das multinacionais.

Essas transferências também ajudam a explicar a permanência do relativo atraso econômico e social da região Nordeste, como uma das prerrogativas para se entender os persistentes desequilíbrios econômicos e as desigualdades sociais, apesar da industrialização.

Os resultados do cálculo do índice por Estados demonstram que esse comportamento de concentração espacial foi puxado pelos estados de Pernambuco e da Bahia

Os coeficientes parciais de Williamson, calculados para cada grande região, demonstraram que tanto o litoral nordestino quanto o cerrado baiano se tornaram mais desiguais internamente ao longo da década, enquanto a região de sertão apresentou maior

homogeneidade na distribuição do PIB *per capita*. Esse ponto traz à tona a multidimensionalidade da questão distributiva. Quando analisado em seu conjunto, o Nordeste apresenta um desempenho instável ao longo da década 60-80, não dando nenhum indício de convergência.

Os resultados obtidos através da construção dos índices de Williamson levam à conclusão de que os dois estados que concentraram os investimentos e o PIB (a riqueza), são os mesmos que apresentaram os maiores índices de desigualdade. Conclui-se ainda que a maior concentração desses investimentos ocorreu por parte de grandes complexos (agro)industriais do Sudeste e Sul do país. Nota-se que o processo de industrialização no Nordeste atendeu primordialmente mais os objetivos de valorização do capital que a correção das disparidades e desigualdades sociais. O alinhamento da burguesia regional com a burguesia do Sudeste, ao favorecer os objetivos do capital do Sudeste, favoreceu a concentração da renda dentro da região. As desigualdades ao invés de minimizarem, ampliaram-se.

Aliás, a industrialização e o crescimento econômico que a acompanhou, ao invés de promoverem uma melhor distribuição da renda e minorar as desigualdades sociais, aprofundou-as, como mostrou este estudo. Ao invés do *desenvolvimento* (no sentido pensado por Furtado), a região Nordeste ingressou na *modernização*, através da reprodução cultural do padrão de consumo de altas tecnologias dos países ricos. A região modernizou-se e continuou mantendo os privilégios de uma minoria.

Do ponto de vista externo, intra-regional e internacional, os laços estruturais de dependência mantiveram-se; do ponto de vista interno, a industrialização, ao mesmo tempo que favoreceu o maior fluxo de capitais e de renda (salários), não assimilou os níveis de progresso técnico das empresas do Sudeste e das multinacionais. E quando o fez, as tecnologias estavam sob controle dessas empresas. A massa salarial cresceu, mas os desníveis de renda perpetuaram-se, não trazendo um fluxo de renda satisfatório que promove-se a melhoria de contingentes de trabalhadores. As rendas do capital cresceram muito mais adiante que as rendas do trabalho, fortalecendo a concentração de renda. Ainda mais, do ponto de vista da demanda, o cenário parece apontar para a consolidação e aprofundamento dos padrões de consumo do Sul do país e dos países desenvolvidos. Parece ainda que esse consumo culturalmente estabelecido – favorecido pelos meios de comunicação e pela ideologia tecnológica dos bens duráveis – parece ter ido além das classes de altas rendas, alcançando também a classe média. O crescimento do Nordeste, assim como o Brasil outrora, levou à modernização dos padrões de consumo, mas não ao desenvolvimento.

Daí que, passados em torno de 50 anos das políticas de industrialização do Nordeste, a possibilidade desta região alcançar o desenvolvimento virou uma utopia, devido, em parte, a esta rigidez estrutural sócio-econômica, com raízes culturais e políticas.

REFERÊNCIAS

ABLAS, L. A. de Q.; PINTO, R. F. Nordeste brasileiro: Crescimento e dinâmica espacial no período 1970-2008. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 40, n. 4, p. 821-832, dez. 2009.

ALMEIDA, J. E. & ARAÚJO, J. B. Um modelo exaurido: A experiência da SUDENE. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 12, n. 23, p.97-128, nov. 2004.

ARAÚJO, T. B. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Dossiê Nordeste I. Série Estudos Avançados, 1997.

CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36. 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008.

CARVALHO, F. F. Sudene: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno. In: AMARAL FILHO, J.; CARRILLO, J (Coord.). **Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México)**, Rio de Janeiro: E-papers, p .287-308. 2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. 117 p.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 4. n. 3, jul-set., 1984.

GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. **Revista Estudos e Pesquisas**, Salvador, n.67, p.109-151, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais do Brasil**. 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Vários anos. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____.; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Censo Agropecuário e a agricultura familiar no Brasil**, Brasília, 2009. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em 28 jan. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 6 jan. 2015.

- KUZNETS, S. **Crescimento econômico moderno**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Petrópolis: Paz e Terra, 1977.
- PRADO Jr. C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RIBEIRO, C. P. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: influência no debate sobre a questão regional brasileira**. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. 129p.
- SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. R.; SILVA, G. V.. **Novas lógicas do planejamento regional e a valorização do local: estudos de casos em alagoas e Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.fenecon.org.br/Artigo-NovasLogicas.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- SILVA, J. A. ; TEIXEIRA, M. S. G. . Desconcentração no Brasil: Nordeste, da Sudene aos anos 2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 118-134, 2014.
- WILLIAMSON, J. G. Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. *Economic Development and Cultural Change*, v. 13, n. 4, p. 1-84, July 1965.
-